

## PROCURADORIA LEGISLATIVA

PL: 435/2023.

AUTORIA: Ver. Allan Campelo.

EMENTA: “Dispõe sobre a política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade, atendidas pela rede pública de saúde, com a utilização do contraceptivo reversível de longa duração de etonogestrel e dá outras providências.”

### PARECER

PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, ATENDIDAS PELA REDE PÚBLICA DE SAÚDE, COM A UTILIZAÇÃO DO CONTRACEPTIVO REVERSÍVEL DE LONGA DURAÇÃO DE ETNOGESTREL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS – MATÉRIA QUE TRATA SOBRE DIREITO CIVIL E REQUER TRATAMENTO VIA CONGRESSO NACIONAL - PROJETO QUE ADENTRA A COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO (ART. 22, I, CF) – CRIAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES NO EXECUTIVO - VIOLAÇÃO DO ART. 59 DA LOMAN - NÃO TRAMITAÇÃO.

### 1. RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Ver. Allan Campelo que dispõe sobre a política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade, atendidas pela rede pública de saúde, com a utilização do contraceptivo reversível de longa duração de etonogestrel e dá outras providências.





## PROCURADORIA LEGISLATIVA

O intuito da propositura é expor a relevância de mulheres em situação de vulnerabilidade ter acesso a todos os meios contraceptivos aprovados pelo Sistema de Saúde Brasileiro.

Deliberado em 16/08/2023.

Distribuído para parecer em 18/08/2023.

É o relatório, passo a opinar.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, ressalta-se que esta Procuradoria emite parecer de natureza opinativa, analisando apenas a constitucionalidade e a legalidade das proposições, sem adentrar a questão de mérito.

Cuidam os presentes da solicitação de parecer sobre o Projeto de Lei que visa disponibilizar implantes contraceptivos reversíveis de longa duração de etonogestrel para mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade, na cidade de Manaus.

Analisando o projeto, inobstante a excelente intenção meritória, constata-se que a matéria proposta escapa ao assunto de interesse local, necessitando ser tratada a nível de padronização nacional, que é de competência do Congresso Nacional.

E isso se deve ao fato de que a Constituição Federal de 1988, no artigo 22, I, prevê que:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I — **direito civil**, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

(...)





## PROCURADORIA LEGISLATIVA

Portanto, ainda que haja normas infralegais sobre o tema, pela sua importância e essencialidade, entendemos ser necessário um diploma legal nacional que regulamente o direito das usuárias deste método contraceptivo por meio de instituições diretas ou conveniadas a qualquer título.

Corroborando com este entendimento, indicamos que já está em trâmite na Câmara dos Deputados Federais, o Projeto de Lei nº 3.032/2020<sup>1</sup> que regulamenta a utilização do contraceptivo reversível de longa duração de etonogestrel nos serviços de saúde, no território nacional.

Dessa forma, entende-se que a matéria proposta é de seara legislativa da União, conforme art. 22, I, o que ultrapassa os limites de interesse local.

Outra observação é a criação de atribuição em órgãos do Executivo, na medida em que o art. 2º da proposta determina a execução por parte do profissional do sistema municipal de saúde, o que contraria o art. 59, da LOMAN que assim dispõe:

*Art. 59, LOMAN: Compete, privativamente, ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:*

*I – regime jurídico dos servidores;*

*II – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;*

*III – orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual;*

*IV – criação, extinção e organização dos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do Município (grifamos)*

No mesmo dispositivo legal, importa trazer à baila o que prevê o artigo 80, que

<sup>1</sup> PL 3032/2020:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254199#:~:text=PL%203032%2F2020%20Inteiro%20teor.Projeto%20de%20Lei&text=%22Disp%C3%B5e%20sobre%20pol%C3%ADtica%20de%20prate%C3%A7%C3%A3o.%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias%22.>





## PROCURADORIA LEGISLATIVA

trata das atribuições do Prefeito:

*Art. 80. É da competência do Prefeito:*

*(...)*

***VIII – dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;***

No mesmo sentido, é o entendimento pacificado do Supremo Tribunal Federal, no qual determina que padece de inconstitucionalidade formal a lei resultante de iniciativa parlamentar que disponha sobre novas atribuições, organização e funcionamento de órgãos públicos, haja vista que essa matéria é afeta ao chefe do Poder Executivo, vejamos:

*EMENTA Agravo regimental em recurso extraordinário. Constitucional. Representação por inconstitucionalidade. Lei nº 6.095/16 do Município do Rio de Janeiro, de origem parlamentar, a qual cria “o selo de qualidade de alimentos e de atendimento na comercialização da comida de rua”. Criação de novas atribuições para órgão do Poder Executivo. Inconstitucionalidade formal. Precedentes. 1. Segundo a pacífica jurisprudência da Corte, padece de inconstitucionalidade formal a lei resultante de iniciativa parlamentar que disponha sobre novas atribuições, organização e funcionamento de órgãos públicos, haja vista que essa matéria é afeta ao chefe do Poder Executivo. Precedentes: ARE nº 1.022.397-AgR, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe de 29/6/18; ARE nº 1.007.409/MT-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 13/3/17; ADI nº 1.509/DF-AgR, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 18/11/14. 2. Embora a lei municipal, cujos méritos não estão em questão, tenha sido concebida para proteger e cuidar da saúde pública, a reserva de iniciativa deve ser preservada. 3. Agravo*





## PROCURADORIA LEGISLATIVA

*regimental não provido. (STF - RE: 1337675 RJ 0019862-54.2020.8.19.0000, Relator: DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 16/05/2022, Primeira Turma, Data de Publicação: 20/06/2022).*

Assim, na medida em que confere atribuições ao Poder Executivo, constata-se sua inconstitucionalidade, contexto em que, igualmente se reconhece violado o princípio da separação e independência dos Poderes, colimado no art. 2º da Constituição Federal, vislumbra-se óbice à sua regular tramitação.

### 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, recomenda-se a não tramitação do projeto nº 435/2023 por vícios de competência legislativa e iniciativa.

É o parecer.

Manaus, 25 de outubro de 2023.

**Eduardo Terço Falcão**

Procurador

**Camila Maia de Miranda Corrêa**

Assessora Institucional

**Ane Caroline Cunha Gomes**

Estagiária de Direito





Documento 2023.10000.10032.9.068878  
Data 26/10/2023



**TRAMITAÇÃO**  
**Documento Nº 2023.10000.10032.9.068878**

**Origem**

---

**Unidade** PROCURADORIA LEGISLATIVA  
**Enviado por** EDUARDO TERCO FALCAO  
**Data** 26/10/2023

**Destino**

---

**Unidade** PROCURADORIA GERAL

**Despacho**

---

**Motivo** CONHECER  
**Despacho** Para despacho do Procurador Geral.







CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



## PROCURADORIA GERAL

**PL: 435/2023.**

**AUTORIA: Ver. Allan Campelo.**

**EMENTA: “Dispõe sobre a política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade, atendidas pela rede pública de saúde, com a utilização do contraceptivo reversível de longa duração de etonogestrel e dá outras providências.”**

**TERESSADO: 2ª Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.**

### DESPACHO

**Acolho**, por suas jurídicas razões, o bem lançado pronunciamento do ilustre Procurador **Dr. EDUARDO TERÇO FALCÃO** com base nos seus jurídicos fundamentos.

Sendo este o entendimento desta Procuradoria Geral.

**PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL**, em Manaus, 27 de outubro de 2023.

**ROBERTO TATSUO NAKAJIMA FERNANDES NETO**

**Procurador Geral da Câmara Municipal de Manaus**





Documento 2023.10000.10032.9.068878  
Data 26/10/2023



**TRAMITAÇÃO**  
**Documento Nº 2023.10000.10032.9.068878**

## **Origem**

**Unidade** PROCURADORIA GERAL  
**Enviado por** LENARA ANTUNES FALCAO  
**Data** 27/10/2023

## **Destino**

**Unidade** 2ª. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E REDAÇÃO  
**Aos cuidados de** KARIME PRINCIPAL DE OLIVEIRA  
RIBEIRO

## **Despacho**

**Motivo** ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS  
**Despacho** PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS.

